

O FUTURO

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO - PCBR

A CONDENAÇÃO HISTÓRICA DOS INIMIGOS DO POVO



Manifestação contra a PEC da Blindagem no Distrito Federal. Foto:João Magnus/ Jornal O Futuro

O Supremo Tribunal Federal (STF) condenou Jair Bolsonaro e outros sete aliados — entre generais, ex-ministros e assessores — como núcleo central de uma organização criminosa responsável pela tentativa de golpe de Estado, atribuindo ao ex-presidente o papel de líder articulador. Eles foram considerados culpados por crimes como organização criminosa, tentativa de abolição violenta do Estado democrático de Direito, golpe de Estado e dano qualificado, resultando em penas severas, incluindo 27 anos e 3 meses de prisão em regime fechado para Bolsonaro. O julgamento teve grande destaque na imprensa nacional e internacional e representou a primeira vez na história do país que um ex-presidente e generais foram condenados por tentativa de golpe.

Apesar de histórico, o processo revela também contradições internas,

como o voto dissidente do ministro Luiz Fux, e insere-se num contexto de disputa entre frações da burguesia, sem romper com a lógica do Estado capitalista. Nesse cenário, a palavra de ordem “sem anistia” ganha força ao apontar que a punição não deve se restringir a indivíduos específicos, mas abranger o combate à impunidade que historicamente protege representantes da classe dominante, como ocorreu com os anistiados da ditadura. Assim, a condenação de Bolsonaro e aliados, embora não trate das milhares de mortes evitáveis na pandemia, marca um acontecimento histórico contra a tradição de anistiar aqueles que atentam diretamente contra a classe trabalhadora. No final de setembro, as ruas deram uma resposta igualmente histórica à PEC da Blindagem (PEC 03/2021), inundando as ruas de várias cidades no Brasil. **pág 8**

MALHA FERROVIÁRIA BRASILEIRA É ENTREGUE À INICIATIVA PRIVADA

Por trás dos discursos e dos milhões de reais investidos nas campanhas publicitárias em defesa da “soberania nacional”, o governo Lula-Alckmin promove uma onda de privatizações de empresas estatais e entrega a malha ferroviária brasileira à iniciativa privada. O metrô de Recife é um dos principais alvos neste momento, já tendo prazo estabelecido para sua venda. Os trabalhadores metroviários estão na linha de frente

da resistência à privatização. Há anos enfrentam o desinvestimento proposital e sistemático dos sucessivos governos com a Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), estatal que opera o metrô de Recife e de outras três capitais nordestinas. Agora, o Sindimetro-PE intensificou ainda mais sua campanha de denúncias e busca dialogar com a população sobre os efeitos da privatização. **pág 6**

VIOLÊNCIA DE ESTADO:

35 anos após os desaparecimentos, vítimas da Chacina de Acari terão certidão de óbito retificadas. **pág 4**

DEMOCRACIA E LUTA DE CLASSES:

40 anos após o fim da ditadura empresarial-militar, pouco temos a comemorar. **pág 9**

FACE NÍTIDA DO IMPERIALISMO:

Guerra tarifária expõe o parasitismo da indústria de transformação brasileira. **pág 11**

SOLIDARIEDADE ATACADA:

Intensifica-se a ofensiva israelense contra a Flotilha Sumud, missão civil que visa romper o cerco a Gaza. **pág 12**

Editorial

QUANDO OS TRABALHADORES RECUPERAM AS RUAS

O momento que vivemos, na política brasileira e internacional, não é para amadores. Altos e baixos têm se desenhado nas curvas da luta de classes com sucessões rápidas e com potenciais que devem ser aproveitados, com toda agilidade, pelos trabalhadores.

O final de setembro nos trouxe algumas dessas lições. Depois de meses de ataque atrás de ataque vindos do Congresso Nacional e do Governo Federal, ainda sob as ameaças de interferência política do imperialismo estadunidense, mais uma tentativa de barreira antidemocrática foi levantada com a apreciação da PEC da Blindagem (PEC 3/2021) pela Câmara dos Deputados. A aprovação dada à PEC, que unificou a maioria dos deputados da base do governo e a maioria dos deputados da oposição, foi um estopim para uma das jornadas mais massivas que tivemos em muito tempo, comparáveis às manifestações contrárias ao governo Bolsonaro em 2019. Centenas de milhares tomaram as ruas do Brasil todo e forçaram com que, na semana seguinte, o Senado recusasse por unanimidade na CCJ a proposta e engavetasse a PEC.

Ao mesmo tempo, vemos uma nova onda crescente nas jornadas de luta em solidariedade ao povo palestino. Enquanto a Flotilha Sumud segue sua jornada com dezenas de embarcações para furar o bloqueio marítimo imposto por Israel a Gaza, a classe trabalhadora italiana nos brindou com um evento fantástico: um dia de greve geral, com mais de 500 mil trabalhadores participando das paralisações e manifestações, em solidariedade à Palestina.

Em ambos casos, qual é a lição que esse momento nos deixa?

1. Que o discurso governista, reformista e social-liberal no Brasil caiu por terra e morreu de inanição depois dessa jornada: os votos da base do governo na PEC demonstram que o papo de “votar no menos pior” é votar na mesma coisa.

2. Que o mito da “falta de correlação de forças” também é balela. Quando os trabalhadores se levantam e arrastam atrás de si todos os setores descontentes da sociedade, é quando temos força para emplacar, mesmo sem qualquer sombra de maioria parlamentar, a derrota de um projeto no Senado a menos de uma semana de sua aprovação na Câmara.

3. Que toda luta que quisermos emplacar a partir de agora, inclusive reforçando a luta pela libertação da Palestina e retomando a luta pelo fim da escala 6x1 e pela redução da jornada de trabalho, devem ter esse momento da luta como paradigma e levar esses aprendizados a ferro e fogo.

Aproveitar esse momento e explicar para toda a classe trabalhadora essas lições é parte central da tarefa dos revolucionários agora, particularmente por causa do iminente resultado do “Plebiscito Popular” governista, feito para recuperar a credibilidade do governo.

Veremos em ação a diferença entre construir uma movimentação pelo compromisso com a pauta, doa a quem doer; e uma movimentação com fins eleitorais – e com um programa contrário ao aplicado pelo próprio governo.

Economia

Programa Gás do Povo instrumentaliza política social para fins eleitorais

Lula anunciou a criação do programa Gás do Povo, que prevê a distribuição de vouchers de gás de cozinha para brasileiros inscritos no Cadastro Único a partir de 2026.



Governo Lula – Alckmin lança o programa Gás do Povo com presença de parlamentares e ministros em Minas Gerais. Foto: Douglas Magno/AFP.

No dia 4 de setembro de 2025, o governo Lula anunciou a criação do programa Gás do Povo, que prevê a distribuição de vouchers de gás de cozinha para brasileiros inscritos no Cadastro Único a partir de 2026. Apesar de ser uma medida que, em tese, representa importante auxílio para famílias em situação de vulnerabilidade, o programa tem sido apontado como iniciativa de forte caráter eleitoral. A crítica se fortalece ao se observar que políticas dessa natureza costumam ser lançadas em momentos estratégicos, servindo não apenas como mecanismo de proteção social, mas também como instrumento de ampliação de capital político do governo.

O contexto se aproxima do debate sobre o uso de emendas parlamentares para controlar o orçamento público, tema discutido por especialistas, segundo Ustavo Sampaio, professor de direito constitucional da Universidade Federal Fluminense (UFF), em que se aponta que a destinação de recursos muitas vezes segue lógicas políticas e de barganha, colocando em risco a transparência e até mesmo a saúde democrática do país. Nesse sentido, programas como o Gás do Povo, embora revestidos de discurso social, podem reforçar práticas clientelistas, funcionando mais como estratégia de consolidação de apoio eleitoral do que como política de Estado duradoura e pautada em critérios técnicos claros, sobretudo em um governo reformista que tem como seu principal caráter a conciliação com os setores a direita no congresso.

A situação atual traz agravantes. Desde o impeachment de Dilma Rousseff, a distribuição de emendas parlamentares se intensificou. Durante a gestão Bolsonaro, o orçamento público foi praticamente entregue ao Congresso em troca de apoio político, consolidando uma relação de dependência do Executivo. “O governo Lula herdou um modelo viciado, em que o Legislativo controla uma fatia desproporcional do Orçamento, forçando o Executivo a negociar sua governabilidade”, avalia Sampaio. Entre 2019 e 2024, os gastos públicos sem a devida transparência ultrapassaram R\$ 180 bilhões, aplicados sem controle adequado, reflexo de uma gestão marcada pela maioria ultradireitista no

Congresso. Essa base política, além de flexibilizar regras, facilitou investimentos questionáveis ao longo do período. “Jair Bolsonaro não ficou refém do Congresso. Ele entregou o orçamento público ao Congresso Nacional em troca do apoio necessário para aprovar medidas e evitar ser afastado do poder”, reforça o especialista. Um exemplo emblemático ocorreu em 2022, quando escolas de Alagoas receberam R\$ 26 milhões do MEC para investimentos em robótica por emenda do relator do Orçamento, Arthur Lira (PP). O recurso resultou na entrega de 330 kits a instituições que, em sua maioria, não possuíam sequer computadores ou abastecimento de água. Embora o orçamento público seja “dinheiro de todos”, sua má gestão prejudica diretamente a população: “Aquele pessoa em condição de rua, que consegue juntar algum dinheiro para comprar um saco de arroz, está contribuindo com tributos, e o orçamento público vem desse tributo”, explica o professor.

Ademais, propostas de cunho social com caráter puramente eleitoral, embora a curto prazo possam trazer benefícios ao Estado de bem-estar social, a longo prazo tendem a se tornar insustentáveis e vulneráveis a ataques e revogações. Dessa forma, tais medidas tornam-se inviáveis como políticas permanentes, reforçando sua natureza imediatista e voltada apenas à ampliação de capital político circunstancial.

Nesse cenário de distorções orçamentárias, o anúncio do programa Gás do Povo, feito pelo governo Lula, em setembro, surge como política social com forte potencial de instrumentalização política. A iniciativa prevê vouchers de gás para famílias inscritas no Cadastro Único a partir de 2026, mas levanta críticas quanto ao seu caráter eleitoral, uma vez que pode ser usado para fortalecer a popularidade do Executivo em um momento de instabilidade e disputa de poder com o Legislativo. Assim como as emendas parlamentares foram transformadas em moeda de troca para sustentar governos anteriores, programas sociais de grande alcance e visibilidade podem reproduzir a mesma lógica, funcionando menos como políticas de Estado estruturantes e mais como mecanismos de curto prazo para ampliação de capital político.



@Jornal_OFuturo
@PCBRnacional



@Jornal_OFuturo
@PCBRnacional



@Jornal_OFuturo
@PCBRnacional

Leia também pela internet: jornalofuturo.com.br

Economia

A Reforma Administrativa avança para destruir o Estado brasileiro

Em meio a entrevistas concedidas à grande mídia, o relator do GT da Reforma Administrativa divulga a conta gotas possíveis ataques a direitos e ao próprio Estado.

Desde que foi formado o Grupo de Trabalho sob relatoria do deputado Pedro Paulo (PSD-RJ) ainda em maio deste ano, e depois de uma série de anúncios e entrevistas, ainda não se tem acesso a qualquer texto ou documento oficial do que consistirá a proposta de reforma administrativa, porém o relator encarregado dos estudos para sua formulação, adiantou em entrevistas nos últimos dias, algumas medidas que serão propostas.

As pretendidas mudanças devem ocorrer por meio de uma emenda à Constituição, uma Lei Complementar e uma Lei Ordinária. Em resumo o conteúdo do que será proposto inicialmente deve consistir em 70 medidas divididas por quatro eixos principais.

Sob o discurso de tornar a administração mais “eficiente” e na introdução de noções do mercado privado como a ideia de “mérito”, com vistas a precarização das carreiras no serviço público, com retirada de direitos e fragilização dos vínculos. Dentre as medidas, estariam novas regras para ingresso nessas carreiras, como redução de salário nos níveis iniciais, prevendo até 50% da remuneração final para o nível inicial, também regras mais rigorosas para estágio probatório, e a possibilidade de iniciar em níveis mais altos da carreira relativizando a igualdade que deve prevalecer nesse tipo de contratação.

Hoje é comum a contratação em regime temporário para diversas funções, em particular na educação e na saúde. Em tese, esse tipo de contratação se destinaria a situações de emergência e para suprir necessidades excepcionais, mas, na prática, funciona como forma de precarizar como um todo as categorias, já que os servidores contratados nesse formato são mantidos em vínculos precários, sendo desligados ao fim do tempo do contrato, que geralmente é de dois anos e, além disso, não gozam dos mesmos direitos que os servidores de carreira desempenhando as mesmas funções, como regimes de previdência próprio e benefícios ou auxílios que tenham sido conquistados pela categoria ao longo do tempo.



Deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), coordenador do GT da Reforma Administrativa e o deputado Hugo Motta (Republicanos-PB), presidente da Câmara dos Deputados. Foto: Zeca Ribeiro e Marina Ramos/Câmara.

Assim, o que hoje ocorre de forma desordenada e em claro desvio de finalidade, pela reforma administrativa seria definitivamente incorporado ao sistema legal em vez de ser combatido. A ideia defendida é ampliar as hipóteses de contratação temporária no serviço público, bem como estabelecer objetivamente as regras e critérios daquilo que efetivamente já vem sendo feito. Para se ter ideia do que a contratação temporária vem produzindo no quadro do estado brasileiro, a quantidade de professores temporários nas redes estaduais já é maior do que a de efetivos. Segundo pesquisa de 2024, o percentual de profissionais precarizados era de 50,04% contra 49,96%. Falou-se até na previsão de um cadastro de trabalhadores temporários para municípios que tenham dificuldades na realização de seus próprios concursos, com claro sentido de legitimar definitivamente a prática.

Dentre as medidas, estão pontos que levantam opiniões inflamadas na opinião popular como os chamados privilégios de salários acima do teto constitucional, férias de 60 dias para juízes, ou mesmo a chamada aposentadoria compulsória. Também estão previstas, segundo antecipou Pedro Paulo, a

obrigatoriedade de indicação de metas e indicadores para os mandatos. Bem como limites no número de secretários em municípios sem receita própria, que dependem para se financiar dos repasses da União e dos Estados.

Está colocado um cenário de desmonte do Estado brasileiro, do sucateamento iniciado com o golpe em 2016 e que foi se aprofundando durante o governo de Jair Bolsonaro, com cada vez mais poder indo para o Congresso nacional, especialmente a partir de maiores mecanismos de controle do orçamento. Desse modo, dentre as medidas da reforma, itens como a obrigatoriedade de revisão anual de despesas e um sistema para avaliação de políticas públicas, nada mais serão do que novas formas para aumentar os poderes desse mesmo Congresso em relação ao executivo.

Em fala para O Globo, o deputado Pedro Paulo diz que “É para exigir que isso seja feito anualmente, seja para reduzir o déficit primário, por exemplo, seja para realocar a economia daquela despesa que está mal alocada, que está exagerada”.

O orçamento público, desse modo, é tratado exclusivamente pelo ponto de vista do gasto, sempre com foco no “corte”, na “redu-

ção”, no “ajuste”. Isso coloca o orçamento sob permanente pressão. Tudo que se tem de informações sobre a proposta de reforma é o que foi deliberadamente informado pelo deputado relator do GT e divulgado na mídia hegemônica. O texto da reforma segue oculto, com a classe trabalhadora sequer sendo escutada durante a elaboração. É uma manobra cada vez mais frequente em se tratando de medidas impopulares, tudo corre por debaixo dos panos até que seja tarde demais.

Sobre essa questão, entidades sindicais, como o SINSEJ, têm denunciado como a proposta tramita sem diálogo com as entidades vinculadas aos trabalhadores. O GT teria até o momento escutado entidades privadas como Instituto Millenium e Fundação Lemann, e mesmo sindicatos patronais como o FecomercioSP.

Do lado do governo, a Ministra do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos tem esboçado uma posição ambígua ao se mostrar contrária ao fim da estabilidade, porém defendendo a ampliação dos regimes de contratação e ampla avaliação de desempenho.

No sentido de proteger o interesse das categorias de trabalhadores e trabalhadoras dos diversos serviços públicos, sindicatos dessas categorias têm tentado mobilizar manifestações, protestos e paralisações. O SINSEJ destacou a necessidade de atuação da CUT no sentido de convocar uma greve geral, sindicatos e entidades dos trabalhadores e trabalhadoras no serviço público de São Paulo realizaram o Seminário Reforma Administrativa: Destruição dos serviços públicos no último dia 17 para discutir a reforma e conscientizar a categoria. Já o SEDUFSM promoveu em uma live atividade de formação para debates acerca dos impactos da reforma na qualidade dos serviços públicos ofertados à população. De forma geral, sindicatos e entidades das diversas categorias de servidores estão se mobilizando para tentar frear tal reforma administrativa feita sem a participação dos trabalhadores e da população.



QUER SE ORGANIZAR COM O PCBR E A UJC?

O PCBR e a UJC têm reafirmado a necessidade da reconstrução revolucionária do movimento comunista no Brasil. Com a finalização do nosso congresso, pretendemos avançar na organização e nas lutas da classe trabalhadora em todo o território nacional.

Frente a um capitalismo que, a cada dia, explora mais, oprime, devasta o meio ambiente e avança na política neoliberal e na retirada de direitos, nossa saída e resposta devem ser apenas uma: a organização da nossa luta e a revolução socialista!

Se você tem interesse em construir essa luta, junte-se às nossas fileiras!

Preencha o formulário através do QR Code:



Segurança Pública

Vítimas da Chacina de Acari terão certidão de óbito retificadas por "violência do Estado"

CNJ determinou, 35 anos após os desaparecimentos forçados, a retificação. Decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos que condenou o Estado brasileiro também inclui medidas de reparação histórica, financeira e psicológica às famílias das vítimas.

No dia 16 de setembro, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) determinou que cartórios de registro civil realizem a emissão e retificação das certidões de óbito das 11 vítimas da Chacina de Acari, ocorrida em 1990, no Rio de Janeiro. Os documentos deverão ser retificados para registrar a causa da morte como "violência causada por agente do Estado brasileiro no contexto da chacina de Acari".

A proposta normativa aprovada no CNJ é decorrente do julgamento do crime pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, iniciado em 2023. No julgamento – que teve sentença divulgada em novembro de 2024 –, o Estado brasileiro foi responsabilizado pela chacina, incluindo diversas violações como os desaparecimentos forçados e falhas na investigação, e condenado a uma série de medidas que buscam garantir a responsabilização do Estado, a preservação da memória e reparação às vítimas da violência policial.

Relembre o caso

Segundo relatório publicado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, no dia 14 de julho de 1990, seis policiais militares privaram de liberdade as vítimas Edson de Souza, Moisés Cruz dos Santos e Viviane Rocha, pois teriam supostamente encontrado joias, armas e dinheiro em suas residências, e exigiram um pagamento de cinco milhões de cruzeiros para libertá-los. No dia 17 de julho toda a quantia já tinha sido paga, mas os policiais retornaram a Acari no dia 18 para exigir mais dinheiro e ameaçaram matar Edson e Moisés.

Doze dias depois, no dia 26, seis homens que integravam um grupo de extermínio chamado "Cavalos Corredores" – composto por policiais militares do 9º Batalhão de Polícia Militar de Rocha Miranda – invadiu o sítio da família de uma das vítimas e sequestrou Viviane Rocha, de 13 anos, Cristiane Souza Leite, de 16 anos, Wudson de Souza, de 16 anos, Wallace do Nascimento, de 17 anos, Antônio Carlos da Silva, de 17 anos, Luiz Henrique Euzébio da Silva, de 17 anos, Edson de Souza, de 17 anos, Rosana Lima de Souza, de 18 anos, Moisés dos Santos Cruz, de 26 anos, Luiz Carlos Vasconcelos de Deus, de 32 anos, e Edio do Nascimento, de 41 anos.

Nenhum dos corpos foi encontrado até hoje. De acordo com uma das testemunhas, todos os jovens foram levados ao sítio de um policial militar, onde foram assassinados e tiveram seus corpos jogados em um rio. Além disso, todas as mulheres foram vítimas de violência sexual.

Em janeiro de 1993, Edmea da



Mulheres do grupo "As Mães de Acari" durante manifestação na Candelária, em 2007 e foto na década de 1990. Fotos: Fábio Araújo/Divulgação e Arquivo/Anistia Internacional

Silva Euzébio, mãe de Luiz Henrique da Silva Euzébio, e sua sobrinha Sheila da Conceição, foram assassinadas na estação de metrô da Praça 11, no Rio de Janeiro. Edmea era líder do grupo "Mães de Acari" e pouco tempo antes do assassinato, testemunhou sobre a participação de policiais militares nos desaparecimentos. Em 2024, os quatro policiais acusados pelos homicídios foram absolvidos.

Decisão histórica da Corte

A Corte Interamericana de Direitos Humanos iniciou o julgamento do caso da Chacina de Acari em outubro de 2023, e a sentença foi divulgada em novembro de 2024, 34 anos após o crime. Foi reconhecido pela Corte que o desaparecimento forçado foi causado por agentes do Estado. O julgamento concluiu que o Brasil violou uma série de direitos, como o direito ao reconhecimento à personalidade jurídica, à vida, à integridade pessoal e à liberdade pessoal, previstos na Convenção Interamericana sobre Desaparecimento Forçado de Pessoas.

Além da retificação das certidões de óbito, também foram de-

terminadas medidas de reparação histórica, financeira e psicológica às famílias das vítimas, bem como, a elaboração de um estudo sobre as milícias e grupos de extermínio que atuam no Rio de Janeiro.

Não é a primeira vez que o Brasil é julgado na Corte Interamericana por um caso de violência policial. Em 2017, o país foi condenado pela falta de investigação e punição dos responsáveis pelas Chacinas de Nova Brasília, que ocorreram entre 1994 e 1995 e resultaram em 26 mortes. Dentre as medidas determinadas, estava a elaboração de um plano efetivo de redução da letalidade policial. No entanto, a determinação não foi cumprida até hoje e, em 2021, cinco policiais foram absolvidos das acusações de homicídios de 13 pessoas em 1994.

A luta das "Mães de Acari" foi fundamental para denunciar a letalidade policial

O grupo "Mães de Acari", formado pelas mães das vítimas da chacina, foi pioneiro na mobilização de coletivos de mulheres que perderam seus filhos para a violência policial, e hoje, 35 anos após o cri-

me, com o aumento nos números de mortes por intervenção da polícia, também aumenta a quantidade de mães em luto que se organizam para exigir justiça e manter a memória de seus filhos.

Em um cenário de fortalecimento da militarização e do avanço do poder político das corporações policiais, que ataca diretamente a vida de jovens negros e periféricos, os movimentos formados por mães de atingidos exercem um papel fundamental na denúncia do uso ostensivo da força policial e da omissão por parte da justiça burguesa. Além de compartilharem as mesmas dores, os movimentos de mães também compartilham uma luta política contra as constantes violências cometidas por agentes do Estado.

O reconhecimento do envolvimento do Estado na Chacina de Acari traz à tona a importância do debate sobre memória, verdade, justiça e reparação entre os movimentos populares para além das brutalidades cometidas pelo Estado brasileiro no período da ditadura empresarial-militar de 1964. A Chacina de Acari é considerado o primeiro caso de desaparecimento forçado após a redemocratização e a retificação das certidões de óbito das vítimas não se trata somente de formalidade, mas também simboliza a oficialização da verdade dos fatos e atribui aos agentes públicos o compromisso de preservar a memória histórica do caso e das vítimas, para que não se repita.

Apesar do caso ter ocorrido em 1990, a luta contra a violência policial nunca foi tão atual. Em 2024, 2.536 crianças e adolescentes foram mortas por intervenção policial. A imensa maioria das vítimas eram negras.

A lógica racista de guerra às drogas, um dos fundamentos da política de segurança pública ostensiva no país, afeta diretamente a vida de milhares de jovens negros que são atravessados pela criminalização da pobreza. Além disso, a repressão policial também atinge os familiares das vítimas, que, enquanto vivem o luto, muitas vezes têm que investigar os crimes e buscar justiça por conta própria. Lutam pelo rompimento do silêncio e da omissão por parte do Estado burguês, que corrobora para o projeto de controle social e subordinação da população negra e periférica.

As lutas tocadas por movimentos antirracistas nas favelas são fundamentais para amplificar o debate acerca da letalidade policial e do enfrentamento aos métodos de repressão burguesa, que abrem margem para discussões como o fim da polícia militar e o desfinanciamento das forças policiais.

Juventude

Pesquisa da Fiocruz revela que mulheres jovens e negras são maioria entre as vítimas de violências notificadas pelo SUS

Agressões sexuais, violências domésticas ou autoprovocadas e acidentes de transporte formam o cenário mórbido principalmente para jovens de 15 a 19 anos.

No último mês de agosto, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) publicou um estudo epistemológico sobre a situação de saúde da juventude brasileira envolvendo violências e acidentes. Os dados, dos anos de 2022 e 2023, e extraídos do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontam que 65% dos óbitos da juventude resultam de causas externas, como violências e acidentes (84.034 das 128.826 mortes no período analisado).

No ano de 2022, o SUS notificou 509.150 casos de violência interpessoal ou autoprovocada no Brasil. Desse total, 36% (184.863 casos) ocorreram com pessoas jovens na faixa etária de 15 a 29 anos. Enquanto para o conjunto da população e para a população maior de 30 anos as taxas de incidência desses casos é de 250,7 e 173,7 ocorrências para cada 100 mil habitantes, respectivamente, para os jovens, a incidência é de 408 casos para cada 100 mil habitantes.

Quando há recorte de gênero binário, as estatísticas demonstram que no conjunto da população (jovem ou não) a maioria das violências notificadas pelo SUS são contra mulheres. As estatísticas se expressam tanto em termos proporcionais, com 71% das vítimas sendo mulheres, quanto numa taxa de incidência que é mais do que o dobro daquela observada para os homens, resultando em 342,5 casos de violência contra mulher para cada 100 mil habitantes em comparação aos 153,1 casos contra homens a cada 100 mil habitantes.

A pesquisa também traz especificidades etárias e raciais. De acordo com a Fiocruz, dentre as mulheres jovens vítimas de violência, se destaca o subgrupo daquelas entre 15 e 19 anos, para as quais a taxa de incidência desses casos chega a 707,1 ocorrências notificadas para cada 100 mil habitantes.

Já quando observa-se a distribuição desses casos por raça/cor na entre as mulheres jovens, os dados revelam que 54,1% dos casos ocorreram com pessoas negras (45,3% com pessoas pardas e 8,8% com pessoas pretas), 36% com pessoas brancas, 1,1% com indígenas e 1% com amarelas, situação similar àquela observada para a população como um todo.

Violência doméstica e feminicídio

Armas de fogo, objetos penetrantes/cortantes, enforcamento, estrangulamento e sufocação em casa estão entre as principais causas de morte de mulheres jovens. A Fiocruz verificou, ainda, que ao analisar-se as dez primeiras causas de óbitos por agressão entre as jovens, aproximadamente 34,5% das ocorrências foram em casa/residência.

As informações vão de encontro à 19ª edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, produzida com dados do ano passado e divulgada no último mês de julho, que revelou que 2024 registrou o maior número de feminicídios desde o início da tipificação do crime, em 2015.

Além disso, o anuário também mostrou um aumento de 30,7% nos feminicídios de adolescentes (12 a 17 anos). Considerando to-

das as faixas etárias, a maior parte dos crimes (64,3%) ocorreu na residência da vítima, sendo a arma branca (objetos penetrantes/cortantes) o principal instrumento utilizado (48,4%).

Agressões sexuais

Publicado em março, o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (Raseam 2025), realizado pelo Ministério das Mulheres, revelou que em 2023, foram registrados 13.934 nascimentos em que as mães eram meninas de até 14 anos de idade. Pela legislação brasileira, relação sexual com meninas de até 14 anos configura como caso de estupro de vulnerável.

Paralelo a isso, o estudo epistemológico da Fiocruz mostrou que a violência sexual é o terceiro tipo mais recorrente contra os jovens, aparecendo como 7,2% do total. Além disso, quanto menos idade, maior o peso da violência sexual (9,9% entre os jovens de 15 a 19 anos, 6,2% entre os de 20 a 24 anos e 5,1% entre os de 25 a 29 anos; para a população maior de 30 anos, esse peso percentual é de 3,4%).

Violência autoprovocada

As notificações do SUS sobre violência autoprovocada tratam de automutilações, tentativas de suicídio e suicídio. E ainda que a população masculina seja a que mais morre por esse tipo de violência (independente da faixa etária), são as mulheres quem mais tentam contra as próprias vidas.

De acordo com os dados da FioCruz, quando analisa-se especificamente o grupo das mulheres jovens (15 a 29 anos), 20,7% das mortes são causadas por lesões autoprovocadas voluntariamente.

“Alguns casos [de suicídio] podem ter associação com quadros depressivos, mas não podemos pensar numa relação causa-efeito entre depressão e suicídio. O suicídio é entendido como uma morte evitável e a própria Organização Mundial de Saúde (OMS) nos alerta que, se os países investissem mais em educação, serviços de saúde e apoio social, essas mortes poderiam ser evitadas”, aponta Nadja Botti, autora do estudo “Autolesão sem intenção suicida entre adolescentes”, em entrevista ao portal Gênero e Número.

Acidentes de trânsito

A falta de políticas públicas de acesso à educação e a empregos formais também são questões essenciais quando o assunto são as estatísticas de morte de jovens em acidentes de transporte.

De acordo com informações do Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo (Detran-SP), entre os anos de 2019 e 2023, o número de mulheres que usa o carro como ferramenta de trabalho aumentou em 50,3%, baseado nos registros da observação “Exerce Atividade Remunerada (EAR)” em Carteiras Nacionais de Habilitação (CNH). Já segundo a Fiocruz, mulheres jovens representam 16% das vítimas de morte em acidentes de transporte no Brasil.

Nasce em São José (SC) a Ocupação Elizabeth Teixeira



Foto: Jornal O Futuro.

Mais de 220 famílias trabalhadoras ocuparam um terreno público abandonado na Rua Araranguá, em São José. Organizada pela Brigada de Trabalhadores por Terra, Trabalho e Teto (B4T) e o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), a Ocupação Elizabeth Pereira é a segunda iniciativa do partido na região metropolitana e surge como resposta direta à falta de moradia e à especulação imobiliária que empurra os trabalhadores para a periferia ou para aluguéis cada vez mais caros.

O terreno, de propriedade pública, está abandonado há mais de 15 anos. Desde 2010, o Estado promete limpar e utilizar o espaço, mas a área permaneceu negligenciada. Com o mato alto e o acúmulo de água, o local se tornou foco de pragas e doenças, incluindo caramujos africanos, mosquitos, ratos e baratas, ameaçando especialmente crianças e idosos. Além disso, o terreno se transformou em lixão a céu aberto, usado para descarte irregular de entulho e lixo, degradando a região e tornando a vida da comunidade ainda mais difícil.

Com a ocupação, o terreno passa a ter uma nova função social, deixando de ser um espaço abandonado para se tornar um ponto de vida e cultura para a comunidade. A área será utilizada como moradia para trabalhadores e trabalhadoras, que poderão consumir e trabalhar na região, estimulando o comércio local. Também poderá ser futuramente um espaço cultural, com sessões de cinema ao ar livre, festas tradicionais e oficinas de artesanato, e um espaço educacional, oferecendo aulas abertas de música, informática, apoio escolar e pré-vestibular.

O contexto da ocupação reflete problemas que atingem todo o estado. Santa Catarina é hoje o estado que mais recebe migrantes no Brasil, atraídos pela promessa de trabalho e de uma vida melhor. Mas quem chega encontra os aluguéis mais altos do país e imóveis cada vez mais inacessíveis, agravados pelas altas taxas de juros, que tornam qualquer financiamento quase uma dívida eterna. Essa realidade não afeta apenas os migrantes: todos os trabalhadores catarinenses enfrentam diariamente o peso da especulação e da falta de políticas públicas de moradia.

São José, eleita como a melhor cidade para investir em imóveis no Brasil, reflete de forma clara o modelo que privilegia o lucro. Seu crescimento beneficia construtoras e empresários, mas não garante moradia digna ou qualidade de vida para a população. Para muitos trabalhadores, grande parte do salário vai para o aluguel, tornando até mesmo colocar comida na mesa da família um desafio diário.

Para as famílias ocupantes, a ação vai além de garantir um teto: é uma denúncia contra a cidade-mercadoria e uma afirmação do direito à vida digna. A Ocupação Elizabeth Pereira mostra que o território público pode e deve ser usado para o benefício dos trabalhadores, e que apenas a ação coletiva e a luta popular podem pressionar o Estado a garantir terra, trabalho e teto para todos.

Sindical

Malha ferroviária brasileira é entregue à iniciativa privada

Discursando sobre soberania nacional, governo Lula-Alckmin enfrenta movimento sindical para privatizar malha ferroviária brasileira

Por Theo Dalla

Por trás dos discursos e dos milhões de reais investidos nas campanhas publicitárias em defesa da “soberania nacional”, o governo Lula-Alckmin promove uma onda de privatizações de empresas estatais e entrega a malha ferroviária brasileira à iniciativa privada. O metrô de Recife é um dos principais alvos neste momento, já tendo prazo estabelecido para sua venda. Enquanto a população recifense paga caro (R\$4,25) para andar num metrô lotado, inseguro e precário, o Governo Lula-Alckmin decide por não investir o dinheiro público na melhora do serviço. Mas não é por falta de verbas: só depois de privatizar o metrô é que serão investidos R\$3 bilhões com recursos do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O que falta, na verdade, é o compromisso do governo com a soberania nacional e os interesses da classe trabalhadora.

Lula e Raquel Lyra (PSD-PE) estão trabalhando para acelerar o processo de privatização. O Governo Federal já autorizou a transferência da operação, gestão e manutenção da rede metroviária à iniciativa privada. Agora, de parte do Governo Federal, caberá não só transferir ao governo de Pernambuco todos os bens e direitos sobre o metrô de Recife, como também injetar um incentivo bilionário para a empresa que arrematar a concessão no leilão que deve ser promovido por Raquel Lyra até a metade de 2026. Até a conclusão do processo, a situação do serviço seguirá agonizando.

No dia 13 de agosto, uma quinta-feira, o presidente da república visitou o Recife e foi recebido com as linhas de metrô totalmente paralisadas. O Sindimetro-PE convocou uma greve de 24 horas para denunciar a privatização e exigir uma mesa de diálogo. O movimento teve ampla adesão da categoria. O Governo Federal recebeu em mãos uma carta com a posição do sindicato, mas não cedeu um palmo à pressão. A resposta dada por Jader Filho (MDB), ministro das Cidades, foi que os empregos dos servidores da CBTU serão preservados, mas o compromisso do governo é “garantir um serviço de qualidade no metrô”.

Thiago Mendes, vice-presidente do Sindimetro-PE, falou à reportagem que o governo vem tentando confundir a opinião pública com esse tipo de declaração. “Eles tentaram dar a entender, na imprensa, que a gente estava satisfeito com esse processo, porque em teoria estaríamos com empregos garantidos. Mas não é bem isso. Temos feito um grande enfrentamento a esse processo, fazendo uma denúncia muito robusta e assertiva”, aponta. “A gen-



Lula considera Rui Costa “quase um primeiro-ministro” e atribui a ele parte do sucesso do governo. Foto: Ricardo Stuckert/PR

te quer que o metrô seja moderno e que ele atenda a necessidade da classe trabalhadora da Região Metropolitana de Recife, inclusive com uma nova forma de governança e a tarifa-zero”.

Os trabalhadores metroviários estão na linha de frente da resistência à privatização. Há anos enfrentam o desinvestimento proposital e sistemático dos sucessivos governos com a Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), estatal que opera o metrô de Recife e de outras três capitais nordestinas. Agora, o Sindimetro-PE intensificou ainda mais sua campanha de denúncias e busca dialogar com a população sobre os efeitos da privatização.

As iniciativas de agitação vão desde o “Café com o usuário”, em que os sindicalistas distribuem gratuitamente panfletos e café da manhã nas estações, até a contratação de outdoors, onde denunciam esta traição do governo Lula e comparam sua política com a de Bolsonaro. Contudo, foi na internet que a campanha passou a ter mais visibilidade, especialmente quando Jones Manoel (PCBR) passou a ecoar a denúncia e cobrar posicionamentos mais firmes de parlamentares, comunicadores e políticos em geral.

Além disso, o Sindimetro-PE está se articulando tanto com suas “entidades-irmãs” noutros estados, como é o caso do Sindimetro-RS e Sindimetro-SP, os quais estão passando por processos semelhantes, quanto com trabalhadores de outras empresas estatais ameaçadas de privatização, como é o caso da Companhia Pernambucana de Saneamen-

to Básico, cuja aliança deu origem à Frente Estadual de Luta contra as Privatizações em Pernambuco.

“O sindicato vem tentando unificar o máximo de aliados. Por isso, ajudamos a criar a frente de luta contra as privatizações. Temos qualificado o debate da mobilidade urbana tendo foco o metrô. Por exemplo, vamos fazer um debate na universidade sobre o impacto da privatização na política de permanência estudantil”, relata Thiago. “Também dialogamos com a pauta do fim da escala 6x1, discutindo o que iria melhorar na vida dos trabalhadores ter um metrô público de qualidade”.

A entrega do patrimônio público para a iniciativa privada não é obra de um ou outro presidente. É, na verdade, parte do projeto de nação da burguesia, classe que domina a sociedade brasileira e, portanto, que permanece ditando as regras enquanto trocam os representantes políticos de quatro em quatro anos. A partir da Constituição de 1988, os sucessivos governos, mesmo aqueles que pareciam mais rivais, construíram juntos um arcabouço jurídico para entregar as estatais brasileiras e amarrar os investimentos públicos do Estado.

Collor, Itamar, Fernando Henrique Cardoso, Lula, Dilma, Temer, Bolsonaro e Lula novamente, cada um deu sua contribuição para a atual estrutura privatista. Os três primeiros, durante os anos 1990, lançaram a primeira versão do Programa Nacional de Desestatização (PND) e suas respectivas regulamentações. No primeiro governo Lula, lança-se

nova regulamentação sobre as PPPs, que depois será utilizado pelo governo golpista de Michel Temer ao lançar o Programa de Parcerias e Investimentos (PPI), estabelecendo procedimentos e prioridades para as privatizações. O governo Bolsonaro dá continuidade e adiciona novas áreas de interesse de privatização, incluindo, dentre outras, as empresas Trensurb e CBTU na lista do PND.

O novo governo Lula, logo que assume, não só aumenta o rol de áreas de interesse do PPI (adicionando educação, saúde, segurança pública e sistema prisional, parques públicos e outros), como está levando a frente as privatizações não realizadas nos governos anteriores. Em 2024, mesmo com intensa mobilização dos metroviários, o governo Lula se recusou a retirar a Trensurb e a CBTU do PND. Mesmo com falsas promessas de retirada, ambas as estatais continuaram na lista de privatização, e os estudos e modelagem da sua venda junto ao BNDES seguiram até o ponto em que estão agora.

Para privatizar o metrô de Recife e de Porto Alegre, Lula trai suas promessas de campanha, se inspira na privatização executada por Bolsonaro em Belo Horizonte, e caminha de mãos dadas com Raquel Lyra sobre o programa do golpista Michel Temer.

A malha ferroviária de um país é parte essencial da logística interna de uma nação, seja do transporte de mercadorias ou de pessoas. É uma peça-chave para garantir a unidade territorial, a segurança nacional e assegurar o direito à mobilidade urbana, serviço essencial à vida humana. Por isso, é indispensável para um projeto de país soberano que o serviço de metrô esteja totalmente sob controle público, sem entregar sua operação e gestão à indivíduos privados, interessados unicamente em lucrar.

Segundo o Movimento Tarifa-Zero, o sistema metroferroviário é, por definição, deficitário. Isso significa que não é um setor economicamente explorável privadamente, dado o tamanho do investimento para se construir e manter a infraestrutura necessária para o serviço. Não por outro motivo, todo este trabalho é historicamente feito pelos Estados nacionais. Seu interesse é se apropriar dos recursos públicos que serão repassados e disponibilizados para financiar a operação. Em vez dos recursos públicos serem aplicados diretamente no serviço público, o governo Lula-Alckmin, seguindo a cartilha neoliberal e atendendo os interesses da burguesia, prefere entregar o dinheiro público à iniciativa privada para, por meio dela, chegar ao serviço público.



Audiência pública em defesa da Trensurb e CBTU-PE estatais. Foto: Sindimetro-RS/ Reprodução

Amazônia

Lula prepara leilão de três hidrovias

As principais hidrovias do Arco Norte, rota estratégica do agronegócio, estão na mira da privatização. Enquanto o governo as apresenta como alternativa “sustentável”, sua implementação ameaça a vida das populações ribeirinhas.

Por Kauana Niz

Em 29 de agosto de 2025, foi publicado no Diário Oficial da União o Decreto nº 12.600, assinado pelo presidente Lula (PT) no dia anterior, que abre caminho para futuros leilões das hidrovias dos rios Madeira, Tocantins e Tapajós. Esses projetos integram o Programa Nacional de Desestatização (PND) e vêm sendo planejados pelo governo federal desde o início do mandato. Os responsáveis pelos estudos técnicos e pelo planejamento das concessões são o Ministério dos Portos e Aeroportos e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

Esses portos integram o Projeto Arco Norte, concebido em 2016 e impulsionado durante o governo Bolsonaro. A rota é formada por terminais estratégicos em Porto Velho (RO), Miritituba (PA), Santarém (PA), Itacoatiara (AM), Manaus (AM) e Itaquí (MA), alguns deles em obras de expansão e dragagem de rios. O corredor logístico conecta as regiões da AMACRO (AM, RO e AC) ao Matopiba (PI, BA, TO e MA), passando pelo Pará – estados que se consolidaram como polos do agronegócio e que, segundo dados da CPT de 2023 e 2024, registram os maiores índices de conflitos e mortes no campo.

Além disso, os portos do Arco Norte ocupam posição central no novo Plano de Rotas de Integração Sul-Americana, lançado pelo governo esse ano, voltado especialmente ao escoamento de commodities agrícolas e minerais para o Pacífico, em articulação com projetos ferroviários, rodoviários e hidrelétricos.

O projeto de concessão das hidrovias ocorre em paralelo à aprovação do PL da devastação e a implementação da Licença Ambiental Especial (LAE), regulamentada por medida provisória, que permite acelerar o licenciamento de empreendimentos estratégicos, como extração de petróleo e grandes obras de infraestrutura, muitas vezes sem a realização completa de todas as etapas ambientais. Com esse novo marco, ficam asseguradas intervenções como dragagens de rios, construção de portos, hidrelétricas, ferrovias e rodovias, todas são demandas no âmbito do Arco Norte e do novo projeto de Rotas de Integração Sul-Americana do governo Lula.

Até o momento, o processo mais avançado é o da Hidrovia do Rio Madeira, que atravessa 11 municípios. O edital, inicialmente previsto para 2025, foi adiado para o primeiro semestre de 2026. Já o processo da privatização da hidrovia do Rio Tocantins envolve polêmicas, devido à necessidade de dragagem do Rio e remoção do Pedral do Lourenço. Após o IBAMA conceder a licença para a dragagem em maio de 2025, o Ministério Público Federal soli-



Comboio de 30 barcas navega o rio Madeira, em Porto Velho. Foto: Tr3s marketing/Reprodução.



Comboio de 35 barcas destinadas ao transporte de soja no trecho Itaituba – Barcarena (PA). Foto: Portos e Navios/Reprodução.

citou à Justiça Federal a suspensão da obra, alegando riscos ambientais e impactos às comunidades de pescadores. Segundo o governo Federal, a dragagem e o derrocamento do Pedral do Lourenço poderiam permitir o transporte de mais de 20 milhões de toneladas de grãos por ano – cerca de 500 mil caminhões – reduzindo custos logísticos em até 30% e beneficiando especialmente a região agrícola do MATOPIBA.

Comboios hidroviários com até 35 barcas acopladas, carregadas de soja com capacidade total de até 75 mil toneladas, já circulam pelos rios Madeira, Amazonas e Tapajós. Essas composições podem atingir aproximadamente 343 metros de comprimento por 75 metros de largura, elas transportam soja que é posteriormente embarcada para o oceano Atlântico, assim, cerca de 70% é destinada à exportação para a China como produto primário.

Projeções da Esalq-LOG indicam que a região abrangida pelo Arco Norte poderá exportar mais de 80 milhões de toneladas de grãos nos próximos anos, já as estimativas do setor privado projetam que pode chegar a 100 milhões de toneladas anuais até 2030.

Não bastasse a privatização de rodovias – estimada em 15 concessões até o fim deste ano –, Lula já havia, nos primeiros dois anos de seu terceiro mandato, superado o número de rodovias privatizadas por Bolsonaro em seus 4 anos de governo. Todo esse processo ocorre por meio

de leilões, sem qualquer consulta às comunidades diretamente afetadas.

Agora, a mesma lógica avança também sobre as hidrovias, ampliando a predominância de portos privados frente ao número reduzido de portos públicos na Amazônia e impondo altos custos de transporte para os moradores locais.

A redação do jornal O Futuro tem destacado que os projetos do Arco Norte avançaram com ainda mais força no governo Lula em comparação com o governo Bolsonaro, tornando realidade o sonho de expansão do agronegócio. Idealizado há anos pelos interesses da burguesia, o plano não se consolidou plenamente no governo anterior, mas agora ganha novo fôlego com investimentos em ferrovias, rodovias, hidrelétricas e portos, principalmente na Amazônia. Essas obras incluem a duplicação de estradas, a construção de novos portos e ferrovias e a utilização crescente de comboios de barcas.

Nos Portos há o fluxo diário de milhares de caminhões para as Estações de Transbordo de Carga (ETCs), como acontece em Santarém e Mirituba (PA), que trouxe aumento de acidentes, aumento do custo de vida, mais violência, poeira, problemas respiratórios e barulho constante para os moradores, além da morte em massa de peixes e a contaminação dos que restam por produtos químicos. Embora os portos pudessem atender às populações ribeirinhas, sua função principal tem sido o escoamento da soja.

Segundo a Amport, os principais terminais do Tapajós – controlados por Cargill (Santarém), Unitapajós (Bunge e Amaggi, em Miritituba), Hidrovias do Brasil S.A. e Cianport – movimentaram cerca de 8 milhões de toneladas de soja e milho em 2019 e 12,9 milhões em 2022.

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, afirma que o país vive “uma nova fase da indústria naval”, com oportunidades de inovação e escoamento mais eficiente da produção de grãos, alinhado à agenda ambiental do governo. O transporte hidroviário é destacado por reduzir emissões de carbono por tonelada transportada, contribuindo para a “descarbonização” da logística, um importante “avanço” frente a Conferência das Partes (COP) que terá sua trigésima edição em Novembro na cidade de Belém do Pará. Em julho, o ministro destacou que as concessões das hidrovias do Madeira e Tocantins podem reduzir até 40% dos custos logísticos, substituindo 500 caminhões por 25 barcas. Apesar desses discursos, os projetos logísticos priorizam os interesses do agronegócio, principal responsável pela emissão de CO₂ e pela degradação ambiental.

Embora o transporte hidroviário seja defendido como mais eficiente e até ecológico por emitir menos CO₂, ele provoca sérios impactos sociais e ambientais: desmatamento, deslocamento de comunidades, violência e doenças, demonstrando que essa suposta defesa ecológica não é mais do que a tentativa de pintar de verde a destruição feita pelo Agronegócio. A lógica central para o desenvolvimento dessa infraestrutura logística é a do lucro e da expansão da exportação, aumentando monoculturas e a destruição florestal.

Mas isso não é uma contradição diante da COP 30? De maneira nenhuma. Esse evento também expressa os interesses do agronegócio: na 29ª edição, a delegação brasileira contou com representantes da Cargill, Bayer, JBS e outras grandes empresas do setor. Além disso, é público o vínculo estreito dessas conferências com magnatas e países do capital fóssil.

A COP funciona como uma salvaguarda do capitalismo: garantir a continuidade da acumulação de lucros sob o rótulo de “sustentável”. O agronegócio, revestido de uma plumagem verde, seria apresentado como capaz de frear a crise climática. No entanto, essas iniciativas “sustentáveis” apenas reforçam o mesmo modelo de exploração e destruição fazendo com que as populações desses territórios e a classe trabalhadora em geral sofram com a crise climática.



Manifestação contra a PEC da Blindagem no Distrito Federal. Foto: Vinicius Melo/ Jornal O Futuro

Política

Condenação histórica para os inimigos do povo

Jair Messias Bolsonaro e outros sete réus são condenados em trama golpista

Por Stella

Ao longo do mês de setembro, um enorme esforço midiático foi empreendido para veicular e publicizar o julgamento de Jair Messias Bolsonaro e seus aliados na chamada trama golpista. Com os votos da ministra Cármen Lúcia e do ministro Cristiano Zanin proferidos por último, Bolsonaro e outros sete réus foram condenados pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Além do ex-presidente Jair Bolsonaro, foram condenados na Ação Penal 2668 também o general Walter Braga Netto (ex-ministro da Defesa e da Casa Civil), o general Augusto Heleno (ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional), Alexandre Ramagem (ex-diretor da ABIN), Anderson Torres (ex-ministro da Justiça e Segurança), Almir Garnier (ex-comandante da Marinha), general Paulo Sérgio Nogueira (ex-ministro da Defesa) e Mauro Cid (ex-ajudante de ordens de Bolsonaro e delator no processo). Os oito réus formam o “núcleo crucial da organização criminosa”, julgados pelos atos de planejamento, execução e financiamento da tentativa de golpe.

Bolsonaro e os demais réus foram condenados pelos crimes de organização criminosa, tentativa de abolição violenta do Estado democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado pela violência e grave ameaça e deterioração de patrimônio tombado. Desses crimes, apenas Alexandre Ramagem não foi condenado por dano qualificado por violência e grave ameaça e deterioração de patrimônio tombado.

O ministro relator, Alexandre de Moraes, votou para condenar os oito réus, dando ênfase ao papel de “líder e articulador” de Bolsonaro em

toda a trama golpista. O ministro Flávio Dino acompanhou integralmente o voto do relator, enquanto o ministro Luiz Fux divergiu ao votar pela absolvição de Bolsonaro em todos os crimes, embora tenha votado pela condenação de Braga Netto e Cid. É importante ressaltar que o voto do ministro Fux não só destoa dos demais argumentos apresentados pelos outros ministros, como também expõe uma evidente contradição com os posicionamentos punitivistas que caracterizam sua carreira.

Os votos de Moraes, Dino e Cármen Lúcia apresentaram os elementos do julgamento em todas as fases da estratégia golpista, que se iniciou em 2021 e se aprofundou em 2022. Durante o voto da Ministra Cármen Lúcia, Moraes pediu a palavra para exibir vídeos e reforçar pontos de sua posição apresentada anteriormente. Durante a explanação, o ministro relator enfatizou o caráter organizado e planejado das ações dos réus, com destaque especial à figura de Bolsonaro como líder de toda a trama golpista. “Quem sempre foi, além de líder, uma ponta de lança desse discurso populista, que caracteriza as novas ditaduras no mundo todo, foi Jair Messias Bolsonaro, para desacreditar o Poder Judiciário”, declarou Moraes.

A condenação não se reverte em prisão de maneira imediata, já que, para isso, é necessário o trânsito em julgado, ou seja, quando não houver mais recursos. A defesa dos réus ainda pode apresentar embargos de declaração, com o objetivo de questionar o conteúdo do acórdão e apontar lacunas. Após a votação, os

ministros votaram a dosimetria da pena, que definiu pena de 27 anos e 3 meses de regime fechado para Bolsonaro. No entanto, o caráter de conflito intraburguês é algo a ser ressaltado nesse processo: mesmo os impulsos e declarações mais garantistas que possam surgir de posicionamentos de ministros do STF — como foi o caso do voto do ministro Luiz Fux — não demonstram, de forma alguma, um alinhamento com os interesses mais básicos da classe trabalhadora. O STF e seus ministros atuam em consonância com o Estado burguês e a serviço dos interesses da classe dominante, e esses esforços têm se demonstrado nas inúmeras vezes em que atuaram como vanguarda na demolição dos direitos trabalhistas.

Na continuidade da repercussão da condenação, o ministro Flávio Dino anunciou que abrirá inquérito pela Polícia Federal (PF) para apurar os resultados do relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid contra Bolsonaro e diversos aliados. O relatório final da CPI da Covid, realizada pelo Senado em 2021, apresentou uma série de graves acusações contra o ex-presidente Bolsonaro, seus filhos e integrantes do seu governo. Entre os indiciamentos da conclusão da CPI estão crimes como epidemia com resultado morte, infração de medidas sanitárias, charlatanismo, desinformação e prevaricação, entre outros. Todos esses crimes estão ligados não apenas aos resultados da crise sanitária vivida pelo Brasil em 2020 e 2021, como também foram amplamente publicizados em inúmeras declarações de Bolsonaro e de seus aliados próximos,

responsáveis pelos atrasos na aquisição de vacinas e pelas campanhas ao uso de medicamentos sem eficácia comprovada (contrariando os pareceres científicos).

Nesse contexto, é necessário aprofundar e qualificar a compreensão da palavra de ordem “sem anistia”: não se trata apenas de um chamado à punição individual daqueles que atentaram contra o Estado democrático de Direito, mas sim da concretização da justa punição dos representantes mais grotescos do capital e de seus interesses. Da mesma forma, não é possível encarar a pressão da extrema-direita pela anistia aos golpistas apenas como uma continuidade histórica da lei de anistia de 1979, pois, em termos históricos, a impunidade nesses casos sempre foi a tônica, tanto que ao bolsonarismo foi e é dado o espaço para propagandar o nome e a imagem dos torturadores anistiados da ditadura empresarial-militar.

O julgamento é algo histórico no Brasil: é a primeira vez que um ex-presidente e generais brasileiros são condenados por tentativa de golpe de Estado. Mesmo que Bolsonaro e seus aliados não estejam sendo julgados pelas milhares de mortes, muitas evitáveis, na catastrófica gestão sanitária da pandemia de Covid-19, a condenação e punição dos réus representam um marco histórico no Brasil. O julgamento, que tem sido recepcionado com especial ênfase e destaque na imprensa burguesa internacional, marca a primeira vez em que a anistia não é utilizada para defender aqueles que atacam diretamente a classe trabalhadora brasileira.

Luta Ideológica

40 anos do fim da ditadura empresarial-militar: O significado da democracia na luta de classes no Brasil

A Constituição Federal de 1988 completa 37 anos no dia 5 de outubro, mas sua trajetória revela mais limites e frustrações do que conquistas a serem celebradas.

Por Stella

O golpe de 1964 foi tão somente a expressão mais nítida da reação da burguesia nacional, com apoio do imperialismo, frente às mobilizações populares e aos avanços da organização operária no seio da classe trabalhadora brasileira. O regime militar que aqui se instaurou em 1964, caracterizado pela repressão, pelo autoritarismo e por um profundo vínculo ao capital estrangeiro, deixou um Estado armado contra seu próprio povo que, até hoje, não dá o menor sinal de fragilidade em suas estruturas. O período da redemocratização não foi nada menos que um pacto conciliatório sem qualquer interesse de romper de fato com as estruturas da ditadura. Um claro e grave exemplo desse processo se deu quando, em novembro de 1988, três operários foram mortos pelo aparato estatal em plena greve dos trabalhadores em Volta Redonda (RJ), no interior da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN).

No dia 5 de outubro de 1988 foi promulgada a Constituição Federal no Brasil, após 21 anos de ditadura empresarial-militar. Num processo lento de redemocratização, desde 1985, a Constituição Federal, resultado do processo da Assembleia Constituinte, veio para dar corpo e forma ao Estado democrático e às normas jurídicas que sustentam sua verdadeira natureza política. Recebendo o apelido de “Constituição Cidadã”, o contexto de sua promulgação foi de intensa mobilização popular por meio de sindicatos, movimentos camponeses, organizações estudantis e setores organizados da classe trabalhadora, que pressionaram a Assembleia Nacional Constituinte a inscrever direitos sociais, trabalhistas e políticos que, até então, haviam sido negados no Brasil.

Mas a Constituinte se revelou um mero pacto conciliatório entre as forças populares da época e os setores conservadores da burguesia que ainda controlavam o Estado e as Forças Armadas. É certo que há, nesse processo, uma série de conquistas fruto da luta da classe trabalhadora, como o Sistema Único de Saúde (SUS), a liberdade sindical e o reconhecimento dos direitos dos indígenas, mas o texto também se certificou de preservar as estruturas mais essenciais da dominação capitalista, como a propriedade privada dos meios de produção, a independência do Banco Central, a autonomia das Forças Armadas e a própria existência de um sistema político e jurídico calcado na restrição do poder real da classe trabalhadora.



Manifestações por avanços sociais na Constituinte em frente ao Congresso Nacional, em Brasília. Foto: Acervo/Agência Brasil.

O texto promulgado em 1988 pode ter representado, à época, um avanço no plano formal, sobretudo no que se refere aos direitos sociais e às garantias individuais. Entretanto, a formulação da defesa da democracia de maneira abstrata já não consegue alcançar nem os mais baixos sussurros das demandas da classe trabalhadora. A cronologia do desmonte dos direitos trabalhistas, os cortes na seguridade social, as privatizações, as repressões às greves e o funcionamento do sistema penal a partir de uma violenta seletividade penal e do encarceramento da população jovem negra periférica são alguns dos elementos que ilustram de forma clara os limites do texto constitucional. Esses e outros exemplos demonstram aqui-

lo que Lênin caracterizou como um destacamento especial de homens armados que estão a serviço da propriedade privada e da exploração do trabalho, no pleno funcionamento de um Estado burguês que, mesmo sob sua face democrática, permanece sendo uma máquina de dominação de classe. A lógica do Estado burguês é operar a convivência das liberdades constitucionais com a violência policial nas periferias, a criminalização das lutas sociais e dos movimentos operários e a reprodução da dependência econômica do Brasil. Esses retrocessos brutais conduzidos pela burguesia só são possíveis por conta do próprio desenho institucional da Constituição, formatado especialmente para garantir essa forma.



Ato em Porto Alegre (RS) contra a PEC da Blindagem. Foto: Jornal O Futuro

O recente período histórico brasileiro, desde o golpe empresarial-militar de 1964 até a promulgação da Constituição Federal em 1988, demonstra com clareza que não é possível uma emancipação sem enfrentar a raiz do problema: o caráter de classe do Estado. A democracia burguesa não só é incapaz de abolir a exploração por meio de reformas, como trabalha incansavelmente para garantir que a dominação de uma classe sobre a outra seja o pilar do seu funcionamento. A anistia de 1979, por exemplo, fruto da luta daqueles que sofreram com a repressão, moldou-se para incluir também os próprios agentes da repressão, não só blindando a burguesia, seus representantes e agentes repressores, como também devolvendo a aparência de legalidade ao Estado brasileiro. Por isso, é sempre bom lembrar: a burguesia brasileira não poupará esforços em usar da força e da repressão aberta de Estado quando se sentir ameaçada, mas também se certificará de usufruir de concessões democráticas que garantam a continuidade de sua dominação. Em todos os casos, a burguesia estará disposta a se aliar ao capital estrangeiro para concluir seus objetivos.

Que venham mais 37 anos dessa ou de outras Constituições que possam vir a surgir do resultado da defesa da democracia e do Estado burguês; nem se elevasse ao máximo o esforço e o ímpeto de uma Assembleia Constituinte seria possível propor soluções objetivamente satisfatórias às demandas da classe trabalhadora. Em um exemplar da Constituição Federal de 1988, Juarez Antunes, sindicalista do sul-fluminense, escreveu à mão em sua contracapa que “melhor não saiu, porque o Congresso Constituinte é evidentemente conservador”, mas a realidade é que não há possibilidade de ruptura com o caráter inconciliável das contradições de classe enquanto a estrutura do Estado que sustenta sua dominação for a bandeira maior do seu povo. Os limites do texto constitucional apontam, por si próprios, que não há possibilidade de “aperfeiçoamento” de seus objetivos para servir ao povo. Que o 5 de outubro não seja uma efeméride, mas sim um lembrete à classe trabalhadora de que só é possível a realização plena de direitos sociais, econômicos e políticos a partir da superação da dominação do proletariado pela burguesia.

A verdadeira democracia só será alcançada pelo socialismo-comunismo.

Agronegócio e Clima

Pré-COP em Fortaleza expõe contradições da agenda climática

Créditos de carbono e agronegócio “sustentável” marcam encontro preparatório da conferência.

Por Lucas Ultracultura

A “COP Nordeste”, realizada em Fortaleza, de 15 a 19 de setembro, em conjunto com a 3ª Conferência Internacional sobre Clima e Desenvolvimento em Regiões Semiáridas (Icid 2025) reuniu representantes de mais de 80 países, governadores da região, especialistas, sociedade civil, setor produtivo, povos e comunidades tradicionais para apresentar contribuições e projetos a serem pautados na COP 30 que ocorrerá em Belém-PA.

Durante o evento foi apresentado o Plano Brasil Nordeste de Transformação Ecológica, um relatório técnico que é vendido como “uma nova forma de pensar e implementar políticas públicas ambientais no Brasil”, mas que por meio de seus compromissos fica claro a total sujeição a agenda do grande capital que enxerga o Brasil apenas como um grande “fazendão” onde não há uma perspectiva de protagonismo e complexibilidade industrial para uma planificação da economia e a construção de uma soberania real, apenas políticas para atrair investimentos e subsídios do governo para o setor privado.

A fala do embaixador André Corrêa do Lago, presidente da COP 30, ao apresentar a conferência do clima como uma “oportunidade única” para a economia regional, escancara a real função desses eventos: não a salvação do planeta, tampouco do Brasil e de seus biomas, mas sim a criação de novos mercados, novas esferas de acumulação e narrativas convenientes para a perpetuação do modo de produção capitalista, agora travestido de verde.

Mais uma vez, a conferência funcionou como vitrine para a propaganda enganosa da burguesia internacional e de seus representantes locais, empenhados em vender a ilusão de um “capitalismo verde” como resposta à crise ambiental. Sob esse discurso, buscam impor sua agenda neoliberal de mercantilização dos territórios, das populações e matérias primas extrativistas, apresentada como o único caminho possível para o desenvolvimento do Brasil.

A “oportunidade” da crise: acumulação sob a máscara verde

Quando o embaixador fala em “inserir o país na vanguarda do pensamento econômico contemporâneo”, o que está em jogo é a integração do Brasil – e, em particular, do Nordeste – de forma subordinada ao novo ciclo de



Panelistas na 3ª Conferência Internacional sobre Clima e Desenvolvimento em Regiões Semiáridas (ICID 2025) em Fortaleza (CE). Foto: Central de Notícias

acumulação global. A chamada “economia verde” não passa de uma reedição da mesma lógica de exploração, agora revestida pela mercantilização dos bens comuns: ar, água, biodiversidade e até o próprio carbono.

A proposta consiste em transformar a Caatinga e outros biomas em ativos financeiros, verdadeiras “fábricas de carbono”, para que os grandes poluidores do Norte global possam seguir seus negócios sem mudanças estruturais. Compram-se créditos que legitimam a continuidade da destruição, perpetuando a mesma lógica de espoliação que historicamente marca a relação entre centro e periferia.

O multilateralismo: uma armação imperialista vendida como cooperação

O embaixador André Corrêa do Lago, voltou a defender o multilateralismo como alternativa ao “unilateralismo dos fortes”. Para ele, esse seria um avanço histórico, capaz de conter a lógica das potências sobre as nações mais frágeis. Mas, na prática, o chamado “multilateralismo” das conferências do clima funciona de outra maneira. Longe de enfrentar as raízes da crise ambiental, ele opera como um instrumento de preservação dos interesses das grandes potências e do capital financeiro internacional.

Na mesa de negociações, todos os países parecem ter o mesmo peso. Mas a dominação econômica e financeira das nações ricas impõe limites claros, deixando os demais em posição subordinada. O resultado é um sistema que se apresenta como

cooperação global, mas que, na prática, legítima a continuidade da exploração e transforma a entrega de riquezas em “bons negócios” aplaudidos por governos e elites locais.

A “transversalidade” do clima

Outro conceito reforçado pelo embaixador foi o da “transversalidade” da agenda climática, ou seja, sua integração em todos os níveis de governo. Na prática, isso significa submeter a política ambiental à lógica econômica ditada pelo Ministério da Fazenda e pelo Banco Central. O discurso de “adaptação da economia” se traduz em garantir rentabilidade aos negócios verdes, aos monopólios da energia “renovável” e ao agronegócio, que agora se apresenta como sustentável.

Enquanto isso, terras indígenas seguem sendo expropriadas, solos continuam contaminados por agrotóxicos e biomas inteiros avançam rumo à destruição. Mesmo assim, tais práticas são apresentadas como avanços e até como benefícios sociais.

O Nordeste como líder da transição energética

O elogio ao Nordeste como “campeão em energias solar e eólica” revela o projeto em curso: transformar a região em uma zona de sacrifício e exploração para o capital energético transnacional. Grandes parques eólicos e solares frequentemente se instalam em terras tradicionalmente ocupadas, geram lucros astronômicos para poucas empresas e deixam para as comunidades locais apenas impactos socioambientais e a falsa

promessa de desenvolvimento. A “liderança na transição ecológica” oferecida ao povo nordestino é, na verdade, a condenação a ser a periferia fornecedora de energia e “serviços ambientais” baratos para o centro do sistema enquanto as populações que vivem próximo a esses empreendimentos sofrem de adoecimento e danos permanentes à saúde, interferência na saúde animal, nas rotas de aves, alterações na paisagem, estresse cultural e danos ambientais em áreas costeiras, como compactação do solo e supressão de vegetação.

A Falsa solução tecnocrata e a necessidade da luta

Durante a conferência, Andrea Meza, secretária da Convenção da ONU para o Combate à Desertificação, defendeu a necessidade de recuperar a confiança no multilateralismo, ressaltando que ele pode trazer benefícios concretos para países mais vulneráveis. Ela destacou a importância de biomas e solos saudáveis não apenas na captura de carbono, mas também na segurança hídrica e alimentar. Para Meza, não há como cumprir as metas climáticas sem um manejo sustentável da terra. A representante da ONU elogiou ainda a experiência do Nordeste brasileiro, apontando a região como “fonte de inspiração” por demonstrar que é possível prosperar em um contexto semiárido. O conhecimento acumulado para “conviver com a seca”, segundo ela, deveria ser prioridade nas discussões internacionais e nos mecanismos de financiamento global.

A menção às “tecnologias sociais” e ao “conhecimento para conviver com a seca” é a tentativa de cooptar e descaracterizar a luta histórica do povo nordestino, transformando seu saber de resistência em mais um produto no mercado de soluções verdes. A verdadeira solução não virá de financiamentos internacionais, instalação de empresas ou de créditos de carbono, muito menos da compaixão dos países ricos aos países “vulneráveis”. Virá apenas da luta de classes, da ruptura com o modo de produção capitalista e da construção de uma sociedade socialista, onde os meios de produção sejam controlados pela classe trabalhadora e o planejamento econômico racional e científico esteja a serviço das reais necessidades humanas e da harmoniosa relação com a natureza.

Nota política do Comitê Central do PCBR

A COP30: ILUSÕES NO “CAPITALISMO VERDE” E ATAQUES À CLASSE TRABALHADORA

Em novembro deste ano, será realizada a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 (COP30) na cidade de Belém do Pará. É inegável, de qualquer ponto de vista, que a situação climática e ambiental, em nível global, chega a uma situação crítica, fruto do desenvolvimento capitalista acelerado e de uma disjunção entre as condições de produção capitalista e as necessidades humanas e ambientais. A COP30 representa mais um encontro de grandes Estados aglutinados sob a ONU para a “discussão” de como resolver ou mitigar os problemas da crise.

Leia na íntegra em:



Economia

Guerra tarifária expõe o parasitismo da indústria de transformação brasileira

Segmentos controlados por multinacionais entraram no mercado brasileiro durante o século passado e passaram a exigir uma série de benefícios e proteções à indústria, eliminando a concorrência.

A escalada da guerra tarifária entre Estados Unidos e Brasil, capitaneada pela presidência de Donald Trump segue impondo restrições profundas à maioria das exportações brasileiras, entretanto, tais medidas também vem produzindo impactos profundos nos Estados Unidos. O episódio deixa transparecer como o imperialismo utiliza instrumentos comerciais para impor sua hegemonia, ao mesmo tempo em que transfere os custos de suas crises estruturais para trabalhadores de ambos os países. Assim como as disputas pelo controle dos mercados em benefício das grandes empresas monopolistas foi um dos detonadores da Primeira Guerra Mundial, a agressão estadunidense, principalmente contra países dos BRICS, representa mais uma escalada em direção a um novo conflito de escala planetária.

Nesse sentido, no Brasil as consequências já são visíveis. O agronegócio, setor central da pauta exportadora, sofreu retração acentuada, segundo a organização patronal, Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec), as exportações de carne bovina para os EUA, que giravam em torno de 30 mil toneladas mensais antes das tarifas, caíram para apenas 7 mil toneladas em setembro. O segmento de subprodutos como o sebo bovino, praticamente dependente do mercado norte-americano, perdeu quase toda sua competitividade. Produtos tradicionais como suco de laranja, café verde e açúcar também enfrentam barreiras que comprometem bilhões em receitas. Estima-se que as tarifas, que entraram em vigor no dia 6 de agosto, devem atingir por volta de 35,9% das exportações brasileiras para os Estados Unidos, ou 4% do comércio brasileiro com o resto do mundo.

Para o consumidor brasileiro, infelizmente a possível oferta maior de carne bovina no mercado doméstico em razão do tarifaço não significa necessariamente menores preços. A de carne bovina é controlada por enormes conglomerados empresariais de frigoríficos com poder para impor seu próprio preço, empresas como a JBS, Minerva Foods e Marfrig detêm força o suficiente para reduzir a oferta interna e impedir uma queda no preço da carne.

Se no agronegócio os efeitos da guerra tarifária são imediatos e visíveis, na indústria de transformação o impacto é ainda mais estratégico, porque toca no coração da dependência estrutural do Brasil. Grandes segmentos industriais são controlados por empresas estran-



Donald Trump durante anúncio de novas tarifas em produtos importados pelos Estados Unidos Foto: Reprodução/Carlos Barria/Reuters.

geiras ou empresas brasileiras com forte participação do investimento estrangeiro, setores como automóveis, siderurgia e metalurgia são os maiores exemplos. A situação do capitalismo dependente brasileiro é típica de um país periférico.

No setor de siderurgia e metalurgia, o Brasil tem forte presença nos EUA com exportações de aço semi-acabado e ferro-níquel. A sobretaxa temporária de 50% reduziu drasticamente a atratividade desse comércio, mesmo após a revogação parcial em setembro sobre a celulose e o ferro-níquel. Isso forçou empresas brasileiras a buscarem alternativas na Ásia e no Oriente Médio, mas sem conseguir compensar integralmente a perda de participação no mercado americano.

Tais segmentos, controlados por multinacionais, entraram no mercado brasileiro durante o processo de industrialização no século passado e, a partir daí, passaram a exigir uma série de benefícios e proteções aos grandes conglomerados industriais, eliminando a concorrência. Por isso, gigantes do setor automobilístico, como a estadunidense Stellantis, se beneficiarão enormemente das tarifas, com menos acesso da concorrência no mercado de automóveis nos Estados Unidos, principalmente contra as novas empresas chinesas de carros elétricos, como a BYD.

Assim, ganham proteção no mercado estadunidense enquanto reforçam sua posição já monopolista no mercado brasileiro, além

disso, qualquer custo advindo de maiores preços para produção podem ser facilmente colocados contra o salário dos trabalhadores. Portanto, a vulnerabilidade da indústria de transformação é a expressão mais clara da condição dependente da economia brasileira. Enquanto a burguesia nacional se acomoda na exportação de commodities, abdica de um projeto de industrialização autônoma. O resultado é uma classe trabalhadora duplamente sacrificada: perde empregos de qualidade e fica presa a setores de baixa complexidade, com menor capacidade de gerar desenvolvimento soberano.

Classe trabalhadora estadunidense também sofre pelo tarifaço

Embora o discurso oficial do governo Trump aponte para a “proteção da indústria nacional” e “defesa de empregos americanos”, os resultados concretos das tarifas contra o Brasil mostram o contrário, a classe trabalhadora nos EUA é quem mais sente os efeitos.

Nos Estados Unidos, a guerra tarifária registrou diversos efeitos adversos. O aumento dos custos de importação atingiu setores industriais que dependem de insumos brasileiros, provocando demissões e retração na geração de vagas. Segundo dados oficiais do governo estadunidense, desde abril, a indústria de manufaturas perdeu cerca de 42 mil empregos. Em agosto, a criação de postos de trabalho

no país limitou-se a 22 mil, muito abaixo das expectativas, sinalizando estagnação. A juventude certamente é a que sofreu os maiores impactos, em julho de 2025, a taxa de desemprego entre jovens de 16 a 24 anos subiu para 10,8%, contra 9,8% no mesmo período de 2024. Assim como no Brasil, os trabalhadores mais jovens estadunidenses são afetados por uma precarização crescente, marcada por baixos salários e instabilidade.

As tarifas também encarecem produtos para os consumidores norte-americanos. O suco de laranja brasileiro, por exemplo, responde por quase 90% do consumo interno dos EUA; com o encarecimento, os preços no varejo subiram em média 15% nos últimos meses. O mesmo vale para carnes, aço e papel, pressionando a inflação em bens básicos.

Esses fatos recentes confirmam que a guerra tarifária não é apenas um episódio de política comercial, mas expressão da crise estrutural do capitalismo. Ao impor tarifas, o imperialismo estadunidense busca proteger setores internos e pressionar países periféricos, mas gera custos sociais que recaem sobre sua própria classe trabalhadora. No Brasil, os auxílios estatais atenuam a pressão imediata, principalmente para os grandes empresários nacionais, mas não enfrentam a contradição fundamental: a condição de economia dependente, especializada na exportação de commodities.

Os impactos nos EUA confirmam que o imperialismo já não consegue sustentar a promessa de bem-estar nem dentro de suas fronteiras. A burguesia norte-americana, ao usar tarifas para pressionar concorrentes e extrair vantagens geopolíticas, acaba corroendo a base social de sua própria hegemonia. A crise do emprego juvenil e a perda líquida de postos industriais são expressões de um sistema incapaz de oferecer estabilidade às massas trabalhadoras, mesmo no centro do capitalismo mundial.

Assim, a disputa tarifária escancara um cenário no qual tanto os trabalhadores brasileiros quanto os norte-americanos arcam com as consequências de uma política voltada à defesa dos lucros dos patrões. O imperialismo mostra sua face mais nítida: incapaz de oferecer progresso, promove crises e instabilidades. Para além de medidas emergenciais, a verdadeira superação dessa lógica só pode vir da reorganização da economia em favor da classe trabalhadora e de um projeto soberano de desenvolvimento.

Internacional

Solidariedade sob ataque: Flotilha Global Sumud rumo à Gaza

Intensifica-se a ofensiva israelense contra a Flotilha Sumud, missão civil que visa romper o cerco a Gaza. Episódio expõe o histórico de violência contra iniciativas de solidariedade internacional que desafiam a ocupação.

Ataques diretos à Flotilha Global Sumud ocorreram no dia 23, com explosões constatadas em alguns barcos. Já na noite de 21 de setembro, voluntários a bordo da flotilha vinham relatando um movimento incomum de drones não identificados sobrevoando suas embarcações no Mediterrâneo. Algumas aeronaves chegaram a passar a poucos metros dos barcos, em clara tentativa de intimidação. A denúncia foi feita pelo Comitê Internacional para Romper o Cerco a Gaza, que descreveu em nota um “nível incomum de atividade de drones causando apreensão”. Não se trata de mera vigilância, mas de mais uma evidência da guerra de terror conduzida por Israel não apenas contra o povo palestino, mas contra todos que ousam desafiar-lo em mar.

À medida que a flotilha entra na chamada “zona amarela”, ao sul da Grécia, seus tripulantes se preparavam para a possibilidade de um ataque direto da marinha israelense. Exercícios noturnos de resistência não violenta foram realizados, simulando uma invasão semelhante à que já havia ocorrido em missões anteriores. Organizações solidárias alertam que a escalada de drones sobre os barcos é um sinal de que Israel não hesitará em repetir o mesmo roteiro de difamação dos ativistas como “terroristas”, justificando os ataques sob pretexto de “segurança”.

A hostilidade de Israel aos movimentos civis de solidariedade não é novidade. Desde a primeira tentativa de romper o bloqueio de Gaza por via marítima, ainda em 2010, a resposta israelense foi marcada pela violência, com o assassinato de nove civis turcos a bordo da Mavi Marmara em águas internacionais. O massacre inaugurou uma política que perdura até hoje, a de criminalizar, interceptar e, eventualmente, eliminar fisicamente qualquer iniciativa de denúncia ao cerco.

A Sumud representa a 38ª tentativa de quebrar o bloqueio de Gaza. São mais de 40 embarcações, reunindo centenas de ativistas de dezenas de países, entre eles parlamentares europeus, latino-americanos e figuras públicas como Greta Thunberg, Liam Cunningham



Flotilha Global Sumud partindo de Barcelona em 31 de agosto de 2025. Foto: Aniol/Wikimedia Commons.

e Rima Hassan. Longe de se tratar de “jihadistas”, como os porta-vozes israelenses insistem em rotular, trata-se de uma coalizão plural de juristas, médicos, artistas, jornalistas e cidadãos comuns. A missão é simples: levar ajuda humanitária e tornar visível a catástrofe da fome fabricada pelo cerco.

Israel, no entanto, nunca aceitou essa mobilização global pacífica. Ao contrário: fez dela alvo preferencial de sua doutrina de guerra. Apenas nos últimos meses, ao menos três embarcações foram interceptadas em alto-mar. Em 9 de junho, o barco Madleen, que se aproximava da costa de Gaza, foi sequestrado e teve seus 12 tripulantes detidos, entre eles a ativista sueca Greta Thunberg. Em 27 de julho, foi a vez do Handala, rebocado à força para o porto de Ashdod com 21 civis mantidos nas masmorras da ocupação sem acesso a advogados.

Não bastasse o sequestro de embarcações, Israel passou a adotar drones armados como arma preferencial contra barcos civis. Em 10 de setembro, um desses ataques incendiou o convés do navio britânico Alma, ancorado na Tunísia. Um dia antes, outro drone havia lançado um dispositivo incendiário sobre o barco Family, também em águas tunisianas. Meses antes, em maio, um ataque similar quase afundou uma embarcação da Freedom Flotilla,

abrindo um buraco em seu casco. Em todos os casos, as autoridades tunisianas se calou sobre as ocorrências.

As autoridades israelenses buscam legitimar essa política pelo discurso. O governo classificou a atual flotilha como “jihadista” e insinuou vínculos com o Hamas, estratégia recorrente para enquadrar movimentos civis no espectro da “guerra ao terror”. Assim, criminaliza a solidariedade e naturaliza o uso da força contra cidadãos estrangeiros em águas internacionais. Trata-se de uma campanha ideológica na retórica que precede e justifica a violência da ofensiva militar.

Essa política não apenas viola leis marítimas e humanitárias internacionais, mas afirma o caráter extraterritorial da ocupação: o bloqueio de Gaza não termina em sua costa, mas se estende a todo o Mediterrâneo, sob a tutela militar israelense. O mar aberto se converte em extensão do cerco.

Mesmo diante de alertas formais da comunidade internacional, Israel mantém sua postura. Em 16 de setembro, dezesseis países, entre eles Turquia, Brasil, Espanha e Bangladesh, advertiram Israel a não atacar a flotilha. O comunicado ressaltava que os barcos transportavam apenas ajuda humanitária e que qualquer ação contra eles violaria o direito internacional. A ameaça de

“responsabilização” soou firme no papel, mas é duvidosa na prática: em ataques anteriores, nenhuma medida efetiva foi adotada.

As interceptações não se restringem a cargas de alimentos e remédios. São também ataques à liberdade de expressão e ao direito de manifestação global. Entre os detidos em julho estavam parlamentares europeus, jornalistas e defensores de direitos humanos. Torna-se evidente que qualquer pessoa, de qualquer nacionalidade, que ouse questionar o cerco a Gaza será tratada como inimiga militar de Israel.

Apesar da ofensiva israelense contra a expansão das políticas de solidariedade, as mobilizações em prol da Palestina só ganham força, até mesmo em espaços culturais que fogem dos meios populares de pressão. Nos últimos dias, esse movimento transbordou para espaços de cultura e espetáculo de massa. Nos Emmys de 2025, astros de Hollywood romperam o silêncio conveniente da indústria, denunciando diante das câmeras o genocídio em Gaza. Javier Bardem surgiu no tapete vermelho com uma kufiyah e exigiu boicote diplomático e comercial a Israel, enquanto a atriz Hannah Einbinder, premiada por Hacks, gritou “liberdade para a Palestina” no palco – fala que foi censurada pela transmissão oficial, mas amplificada nas redes.

No Reino Unido, mais de 12 mil pessoas lotaram a Wembley Arena no evento Together for Palestine, que arrecadou mais de £1,5 milhão para organizações palestinas. Entre música, poesia e discursos políticos, figuras como Florence Pugh, Benedict Cumberbatch, Richard Gere e Eric Cantona ecoaram a urgência de responsabilizar Israel por crimes de guerra.

Apesar do cerco, as flotilhas continuam partindo. O que Israel tenta desarticular pela força se multiplica pela solidariedade. A cada embarcação sequestrada, outras são preparadas. A cada ativista preso, novos voluntários se somam. O que está em jogo não é apenas o envio de alimentos ou remédios, mas o direito de dizer – diante do mundo inteiro – que Gaza não está sozinha, e que a ocupação deve acabar.

Assine nossa campanha de financiamento em apoia.se/jornalofuturo ou pelo QRcode e receba o jornal em sua casa mensalmente



Para colaborar através do PIX utilize o QRcode a seguir ou através da chave: contato@jornalofuturo.com.br

